POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
CONCURSO PÚBLICO: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL
DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Delegado da Polícia Federal determinou, de ofício, a abertura de inquérito para apuração de infração penal comum supostamente cometida por deputado federal.

Nessa situação, o delegado agiu conforme determina a Constituição Federal de 1988? Justifique sua resposta, considerando o posicionamento do STF.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

9.2 Supremo Tribunal Federal.

PADRÃO DE RESPOSTA

Deverá o candidato apontar que, de acordo com entendimento adotado no STF:

1 A Polícia Federal não está autorizada a abrir, de ofício, inquérito policial para apurar a conduta de parlamentares federais. No exercício de competência penal originária do STF, a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações, desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia.

2 A prerrogativa de foro é uma garantia voltada não exatamente para os interesses dos titulares de cargos relevantes, mas, sobretudo, para a própria regularidade das instituições, em razão das atividades funcionais por eles desempenhadas. Se a Constituição estabelece que os agentes políticos respondam, por crime comum, junto ao STF (CF, art. 102, I, b), não há razão constitucional plausível para que as atividades diretamente relacionadas à supervisão judicial (abertura de procedimento investigatório) sejam retiradas do controle judicial do STF.

Constituição Federal de 1988:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

(...)

b) nas infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o Procurador-Geral da República;

Questão de ordem em inquérito. 1. Trata-se de questão de ordem suscitada pela defesa de senador da República, em sede de inquérito originário promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), para que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) defina a legitimidade, ou não, da instauração do inquérito e do indiciamento realizado diretamente pela Polícia Federal (PF). 2. Apuração do envolvimento do parlamentar quanto à ocorrência das supostas práticas delituosas sob investigação na denominada “Operação Sanguessuga”. 3. Antes da intimação para prestar depoimento sobre os fatos objeto deste inquérito, o senador foi previamente indiciado por ato da autoridade policial encarregada do cumprimento da diligência. 4. Considerações doutrinárias e jurisprudenciais acerca do tema da instauração de

inquéritos em geral e dos inquéritos originários de competência do STF: i) a jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que, nos inquéritos policiais em geral, não cabe a juiz ou a tribunal investigar, de ofício, o titular de prerrogativa de foro; ii) qualquer pessoa que, na condição exclusiva de cidadão apresente *notitia criminis* diretamente a este tribunal é parte manifestamente ilegítima para a formulação de pedido de recebimento de denúncia para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada. Precedentes: INQ no 149/DF, Rel. min. Rafael Mayer, Pleno, DJ 27/10/1983; INQ (AgR) no 1.793/DF, Rel. min. Ellen Gracie, Pleno, maioria, DJ 14/6/2002; PET – AgR – ED n.º 1.104/DF, Rel. min. Sydney Sanches, Pleno, DJ 23/5/2003; PET n.º 1.954/DF, Rel. min. Maurício Corrêa, Pleno, maioria, DJ 1.º/8/2003; PET (AgR) n.º 2.805/DF, Rel. min. Nelson Jobim, Pleno, maioria, DJ 27/2/2004; PET n.º 3.248/DF, Rel. min. Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 23/11/2004; INQ n.º 2.285/DF, Rel. min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 13/3/2006 e PET (AgR) n.º 2.998/MG, 2.ª Turma, unânime, DJ 6/11/2006; iii) diferenças entre a regra geral, o inquérito policial disciplinado no Código de Processo Penal e o inquérito originário de competência do STF regido pelo art. 102, I, b, da CF e pelo RI/STF. A prerrogativa de foro é uma garantia voltada não exatamente para os interesses dos titulares de cargos relevantes, mas, sobretudo, para a própria regularidade das instituições. Se a Constituição estabelece que os agentes políticos respondem, por crime comum, perante o STF (CF, art. 102, I, b), não há razão constitucional plausível para que as atividades diretamente relacionadas à supervisão judicial (abertura de procedimento investigatório) sejam retiradas do controle judicial do STF. **A iniciativa do procedimento investigatório deve ser confiada ao MPF, contando com a supervisão do ministro-relator do STF.** 5. **A Polícia Federal não está autorizada a abrir de ofício inquérito policial para apurar a conduta de parlamentares federais ou do próprio presidente da República** (no caso do STF). No exercício de competência penal originária do STF (CF, art. 102, I, “b” c/c Lei n.º 8.038/1990, art. 2.º e RI/STF, arts. 230 a 234), a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações, desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo *dominus litis*. 6. Questão de ordem resolvida no sentido de anular o ato formal de indiciamento promovido pela autoridade policial em face do parlamentar investigado. (Inq 2411 QO, Relator(a): min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 10/10/2007, DJe-074 DIVULG 24/4/2008 PUBLIC 25/4/2008 EMENT VOL-02316-01 PP-00103 RTJ VOL-00204-02 PP-00632.)

POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
CONCURSO PÚBLICO: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL
DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

A Polícia Federal iniciou procedimento administrativo com a finalidade de realizar reforma no prédio do laboratório de perícias genéticas e forenses. Na primeira fase, foi elaborado por uma empresa projeto executivo relativo a esse serviço, que, dada a sua natureza singular, demandaria conhecimentos técnicos e de notória especialização.

Em um segundo momento, houve licitação e foi contratada uma construtora para a realização do serviço a partir do projeto executivo elaborado na primeira fase. A construtora, durante a fase de execução da obra, constatou a necessidade de adequação do projeto executivo, para melhor atender à finalidade pública, o que, por consequência, acarretaria um aumento no valor contratado, em razão de acréscimo do objeto do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, responda, de forma justificada, à luz da Lei de Licitações e Contratos, aos seguintes questionamentos.

- 1 A elaboração de projeto executivo na primeira fase do procedimento administrativo configura hipótese legal de licitação dispensada, dispensável ou inexigível?
- 2 Quais são as hipóteses e as condições para se permitir a alteração unilateral de contrato de serviços de engenharia?
- 3 Viabilizada tal alteração unilateral, cabe, ainda, à construtora requerer o reajuste e(ou) a revisão do valor do contrato?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

7 Licitações. 7.1 Conceito, finalidades, princípios e objeto. 7.2 Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação.

8 Contratos administrativos. 8.1 Conceito, peculiaridades e interpretação. 8.2 Formalização. 8.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 A necessidade de contratar serviços técnicos especializados, de natureza singular, executados por profissionais de notória especialização constitui uma hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25, II, Lei Federal n.º 8.666/1993). O dispositivo que trata das hipóteses de inexigibilidade faz referência ao art. 13 do mesmo diploma, que prevê a elaboração de projeto executivo (inciso I).

2 A alteração unilateral do contrato representa uma cláusula exorbitante e poderia ser exigida mesmo sem previsão expressa no termo convencionado entre as partes.

O art. 65, I, estabelece a possibilidade de alteração unilateral nas seguintes **hipóteses**:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição

quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.

No entanto, algumas **condições** precisam ser adotadas, como a formalização de um aditamento, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro (art. 65, § 6.º, Lei de Licitações).

Como o enunciado consigna que essa alteração ocasionou “acrécimo do objeto do contrato”, depreende-se que se trata de uma alteração quantitativa (e não apenas qualitativa). Ainda, urge destacar que, como o caso em estudo se refere a uma reforma, o percentual máximo seria de 50%.

São requisitos para a alteração unilateral:

- a) Que haja adequada motivação com base no interesse público que justifique a medida;
- b) Que seja respeitada a natureza do contrato, no que diz respeito ao seu objeto;
- c) Que seja respeitado o direito do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado;
- d) Com relação à alteração quantitativa, ainda deve ser respeitado o limite imposto pelo parágrafo primeiro do art. 65; esse dispositivo estabelece limite para os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, sendo de até 25% do valor total inicial atualizado do contrato e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até 50% para os seus acréscimos.

(Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito Administrativo**. 29.^a Edição, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2016, pág. 315)

3 Enquanto o reajuste já é prefixado pelas partes para neutralizar um fato certo, que é a inflação, a revisão deriva da ocorrência de um fato superveniente, apenas suposto (mas não conhecido) pelos contratantes quando firmam o ajuste, para manter o equilíbrio econômico-financeiro. Um desses fatos é a alteração unilateral imposta pelo Poder Público.

(José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de Direito Administrativo**. 30.^a ed., São Paulo: Atlas, 2016, pág. 208).

POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
CONCURSO PÚBLICO: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL
DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Mauro foi preso ao tentar efetuar pagamento em comércio com uma cédula de R\$ 100,00 (cem reais) falsificada.

Com referência a essa situação hipotética, responda, de modo fundamentado, aos seguintes questionamentos.

- 1 Caso a falsificação do papel moeda tenha sido evidente, haverá tipicidade do crime de moeda falsa?
- 2 O princípio da insignificância é aplicável ao caso, considerando-se que Mauro tentou utilizar apenas uma cédula falsa?
- 3 Caso Mauro tenha suprimido o sinal indicativo de inutilização da cédula no momento de efetuar o pagamento, sua conduta terá sido típica? Qual tipo penal deverá ser aplicado nessa hipótese?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

1.2 Princípios básicos do direito penal. 10.11 Crimes contra a fé pública. 25 Jurisprudência e súmulas dos tribunais superiores.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 A princípio, Mauro não responderá pelo crime de moeda falsa (art. 289 do CP). O Estado tem interesse em preservar o objeto jurídico “fé pública”, que é a confiança que os cidadãos depositam na legitimidade dos sinais, documentos e moeda em circulação. **A potencialidade de dano, embora não esteja expressamente prevista no tipo penal, é implícita e faz parte da essência do delito de falso. Assim, é necessário que a falsificação tenha idoneidade para enganar, que as pessoas em geral a tomem por verdadeira.** Não precisa ser perfeita, mas que induza a erro um número indeterminado de pessoas. Por essa razão, **caso se trate de uma falsidade grosseira, haverá crime impossível ou, dependendo do caso concreto, deverá ser aplicada a Súmula n.º 73 do STJ:** a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE AS JUSTIÇAS ESTADUAL E FEDERAL. MOEDA FALSA. LAUDO PERICIAL. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 73/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Hipótese na qual o laudo pericial aponta a má qualidade da moeda falsificada e as circunstâncias dos autos indicam que ela não possui a capacidade de ludibriar terceiros.
2. “A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual” (Súmula n.º 73/STJ).
3. Competência da Justiça Estadual, o suscitado. (CC 135.301/PA, Rel. Ministro Ericson Maranhão (desembargador convocado), Terceira Seção, julgado em 8/4/2015, DJe 15/4/2015.)

Art. 289 – Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro:

Pena – reclusão, de três a doze anos, e multa.

§ 1.º – Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta,

adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

2 Ainda que seja apenas uma nota, não se aplica o princípio da insignificância, por se tratar de delito contra a fé pública, havendo interesse estatal na sua repressão. O bem violado é a fé pública, a qual é um bem intangível e que corresponde à confiança que a população deposita em sua moeda, não se tratando, assim, da simples análise do valor material por ela representado. STJ. 6.^a Turma. AgRg no AREsp 558.790/SP, Rel. min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 15/10/2015.

HABEAS CORPUS. CRIME DE MOEDA FALSA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESCARACTERIZADA A MÍNIMA OFENSIVIDADE DA CONDUTA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO; 1. Ainda que as cédulas falsificadas sejam de pequeno valor, não é possível aplicar o princípio da insignificância ao crime de moeda falsa, pois se trata de delito contra a fé pública, que envolve a credibilidade do Sistema Financeiro Nacional, o que descaracteriza a mínima ofensividade da conduta do agente de modo a excluir a tipicidade do fato. Precedentes do STF e do STJ. 2. *Habeas corpus* denegado. (STJ. HC 187.077/GO, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 7/2/2013, DJe 18/2/2013.)

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. PENAL. PACIENTES DENUNCIADOS E CONDENADOS PELA INFRAÇÃO DO ART. 289, § 1.º, DO CÓDIGO PENAL. DECISÃO QUE ACOLHE O RELATÓRIO E OS ARGUMENTOS LANÇADOS NO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO: IDONEIDADE. ALEGAÇÃO DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL: NÃO APLICAÇÃO À ESPÉCIE VERTENTE. PRECEDENTES. *HABEAS CORPUS* DENEGADO. 1. Fundamentada a decisão que adota o parecer do Ministério Público Estadual como razão de decidir: o que se exige é que o arrazoado acolhido contenha argumentação pertinente e suficiente ao quanto posto em exame, o que, no caso, foi plenamente atendido. Precedentes. 2. A existência de decisão neste Supremo Tribunal no sentido pretendido pela impetrante, inclusive admitindo a incidência do princípio da insignificância ao crime de moeda falsa, não é bastante a demonstrar como legítima sua pretensão. 3. Nas circunstâncias do caso, o fato é penalmente relevante, pois a moeda falsa apreendida, além de representar um valor cinquenta vezes superior ao do precedente mencionado, seria suficiente para induzir a engano, o que configura a expressividade da lesão jurídica da ação do paciente. 4. A jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal é no sentido de reverenciar — em crimes de moeda falsa — a fé pública, que é um bem intangível, que corresponde, exatamente, à confiança que a população deposita em sua moeda. Precedentes. 5. *Habeas corpus* denegado. (STF. HC 96080, Relator(a): min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, julgado em 9/6/2009, DJe-157 DIVULG 20/8/2009 PUBLIC 21/8/2009 EMENT VOL-02370-04 PP-00731.)

3 Sim, Mauro responderá pelo art. 290 do CP (crimes assimilados ao de moeda falsa).

Art. 290 – Formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros; **suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização**; restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
CONCURSO PÚBLICO: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL
DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 4

Discorra sobre o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da competência do Ministério Público para realizar, por autoridade própria, investigação de natureza criminal por meio de suas promotorias de justiça, indicando os limites fixados pela Suprema Corte para esse tipo de atuação ministerial.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

4.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. 25 Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores.

PADRÃO DE RESPOSTA

Em julgamento pelo Plenário do STF (RE 593.727/MG, de 14/5/2015, com repercussão geral reconhecida), a Suprema Corte reconheceu que o Ministério Público dispõe de competência constitucional para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e as garantias do indiciado ou de qualquer pessoa que esteja sob investigação do Estado. Prevaleceu o entendimento de que a colheita de elementos de prova na fase pré-processual não é atividade exclusiva da polícia judiciária, sendo conferido poder investigatório aos membros do *parquet*, apesar de fixados limitações e requisitos a serem respeitados para tal atuação:

- a) respeito aos direitos e às garantias fundamentais dos investigados;
- b) formalização do ato investigativo (tudo deve ser necessariamente documentado);
- c) observância às técnicas investigativas sujeitas à reserva constitucional de jurisdição (interceptação telefônica, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo de dados telemáticos, quebra de sigilo bancário, busca domiciliar etc.);
- d) possibilidade de permanente controle judicial;
- e) aplicação dos princípios e das regras que orientam o inquérito policial;
- f) observância às prerrogativas profissionais garantidas aos advogados quanto ao acesso ao procedimento escrito, já documentado, nos termos da Súmula Vinculante n.º 14 do STF.